



Público

12-09-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Sociedade

Dimensão: 1118 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/14

PJ vai ter nova unidade de peritos informáticos

ALBERTO SOARES/REUTERS

É a resposta à crescente demora das perícias informáticas, um problema denunciado pelo MP **p14**

Nova unidade na PJ responde à demora das perícias informáticas

Atrasos têm sido denunciados várias vezes por responsáveis do Ministério Público. Nova orgânica da PJ não passou pela Assembleia da República, tendo sido decidida pelo Governo sem qualquer discussão pública

Justiça
 Mariana Oliveira

A Polícia Judiciária vai ter uma nova unidade para responder à crescente e recorrente demora das perícias informáticas, um problema denunciado várias vezes por responsáveis do Ministério Público, que têm recorrido a várias estratégias para contornar esta insuficiência, como estabelecer protocolos com universidades e institutos politécnicos.

A nova Unidade de Perícia Tecnológica e Informática (UPTI) vai ser um departamento central de “apoio técnico científico especializado”, lê-se na nova orgânica da Polícia Judiciária aprovada em final de Julho em Conselho de Ministros e promulgada na passada sexta-feira pelo Presidente da República. O diploma, a que o PÚBLICO teve acesso, manteve-se secreto durante todo este tempo e contrariamente à lei que vai substituir não passou pela Assembleia da República, tendo sido decidido pelo Governo sem qualquer discussão pública. Aguarda-se a publicação em breve, estando previsto que entre em vigor em Janeiro do próximo ano.

Na altura da aprovação em Conselho de Ministros, foi feita uma nota genérica sobre o diploma que referia que a nova organização da PJ “assenta na ideia de uma maior interligação entre as diversas unidades de apoio técnico à prevenção e à investigação criminal”, que dão corpo a uma “polícia criminal especialmente preparada, técnica e cientificamente”.

A nova unidade está ao mesmo nível que o Laboratório de Polícia Científica e que a Unidade de Perícia Financeira e Contabilística. A sua missão principal será “realizar perícias e exames e análises de natureza informática, ordenadas pelas autoridades judiciais e de polícia criminal”, refere o decreto-lei. Em causa está, por exemplo, a análise do conteúdo de um computador ou de outros equipamentos electrónicos, como telemóveis ou *tablets*, necessidades cada vez mais comuns graças à enorme evolução tecnológica dos últimos anos.

As perícias informáticas, que che-



A nova unidade está ao mesmo nível que o Laboratório de Polícia Científica da PJ

As perícias informáticas, que chegam a demorar mais de dois anos, têm atrasado muitos inquéritos e fazem-se em muitos processos

gam a demorar mais de dois anos, têm atrasado muitos inquéritos, já que se tornaram nos últimos anos numa necessidade transversal a todas as investigações criminais, desde uma simples difamação a uma complicada investigação na área da

corrupção. A nova unidade poderá igualmente “prestar assessoria técnica” nas acções de recolha e análise de prova digital e apoiar os tribunais durante a fase de instrução ou de julgamento. A nova orgânica da PJ não especifica quantos elementos terá a nova unidade, mas refere expressamente que terá um sistema de gestão de qualidade, que visa a sua acreditação junto das autoridades competentes.

Apesar de não ter grandes novidades do ponto de vista da investigação criminal propriamente dita, com a manutenção de todas as unidades nacionais de investigação (contraterrorismo, combate à corrupção, combate ao tráfico de droga e combate ao cibercrime) e as quatro directorias

(Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Sul), a nova orgânica traz uma mudança significativa ao nível da organização interna da PJ do ponto de vista de gestão de recursos. Vai ser criada uma Unidade de Armamento e Segurança, uma área que antes estava integrada na Administração Financeira e Patrimonial.

Cria-se uma Direcção de Serviços de Inovação e Desenvolvimento que terá como missão propor ao director nacional uma estratégia de inovação, tanto ao nível das metodologias como de organização, além de proceder ao seu acompanhamento e avaliação. Também nasce uma Direcção de Serviços de Planeamento, Qualidade e Avaliação, que irá ter competências ao nível do controlo de gestão. O

director passa a ter um gabinete de apoio, com competências na área da comunicação, que contará no máximo com dois assessores e três secretários. Prevê-se expressamente que os veículos da PJ estão isentos de portagens e que as viaturas em missão urgente “estão subtraídas às regras de normal fiscalização” das autoridades que regulam o trânsito.

O Conselho Superior da Polícia Judiciária, um órgão de apoio do director nacional com carácter consultivo, terá uma composição diferente, passando a integrar não apenas dois directores-adjuntos, mas todos os directores adjuntos e o director do Laboratório da Polícia Científica.

mariana.oliveira@publico.pt